

Novo plano descartará “choque”

por Cláudia Safatle
de Brasília

“O plano para a política econômica de curto prazo, que deve estar sendo feito pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, poderá excluir dois pontos: o congelamento de preços e um eventual choque”. Essas observações foram feitas por um assessor econômico do Palácio do Planalto, que ponderou a este jornal: “Aqui no Planalto, estamos traumatizados com a palavra congelamento”.

A ideia que vem sendo discutida entre os assessores do Palácio do Planalto é de que o mercado precisa trabalhar um pouco sem a intervenção do governo, é inevitável o País conviver com uma certa taxa de inflação e o perigo que se sinaliza agora é de uma “estagflação” — alta taxa de inflação combinada com uma profunda desaceleração da atividade econômica.

“Acho que o governo devia destituir o combate à inflação como objetivo número um da política econômica, porque, ao se tentar combater a inflação a todo o custo, você desestrutura outros pontos tão ou mais importantes que a inflação, que é o crescimento econô-

mico e a manutenção da taxa de emprego, paralelamente ao equacionamento da dívida externa”, ponderou.

A questão do crescimento econômico é o pano de fundo de outro plano que o Ministério da Fazenda está elaborando, com metas de investimentos, para levar aos credores internacionais. Uma das premissas macro econômicas desse plano, cuja elaboração está a cargo da equipe que trabalha com o assessor do Ministério da Fazenda, Paulo Nogueira Batista, e com o embaixador Alvaro de Alencar Gurgel, é de que a economia brasileira deve crescer, nos próximos três anos (1988 a 1990) a uma taxa média de 7%. Essa é a taxa média histórica de crescimento do País e somente neste ano de 1987 é que ela será sensivelmente menor, algo em torno de 4%.

Para financiar esse crescimento, os técnicos oficiais acreditam que o País deveria contar com um montante de dinheiro novo dos credores internacionais na faixa de US\$ 20 bilhões no período de quatro anos. O saldo comercial partiria de US\$ 7,5 bilhões a US\$ 8 bilhões neste ano

para uma escala crescente nos anos seguintes; simultaneamente, a necessidade de financiamento externo iria numa projeção cadente. A tese central desse plano é que somente com uma boa taxa de crescimento econômico será possível ao País pagar suas dívidas em moeda forte.

Parte dos recursos para financiar o crescimento viria dos credores internacionais, sob forma de conversão dos juros da dívida externa em capital de risco ou de re ingresso dos juros mediante esquemas de co-financiamento com o Banco Mundial. Outras fontes de recursos teriam que ser geradas internamente, com aumento da poupança tanto do governo quanto do setor privado.

Nesse plano, os técnicos advogam uma boa redução nas despesas correntes (de custeio) e descartam qualquer possibilidade de redução nos investimentos do Estado, uma vez que estes são fundamentais para dar suporte ao crescimento de atividades no setor privado. Juntamente a isso, os técnicos insistem na preêmência de uma política de realismo tarifário e de preços do setor público. Este plano de metas para inves-

timentos deverá estar concluído até o final deste mês, para ser levado aos bancos privados credores internacionais do Brasil. Os técnicos do governo acreditam que um programa consistente nessa área é tudo o que os banqueiros querem do Brasil para renegociar a dívida externa, “para que eles possam ter um horizonte de que um dia vão receber seus créditos”, comentou uma fonte oficial.

Para os assessores do Ministério da Fazenda, que estão em contato direto com a questão externa, o pronunciamento feito recentemente pelo presidente do Banco Mundial, Barber Conable, sobre as transferências de recursos da América Latina para os países industrializados, coloca o problema da dívida na sua verdadeira dimensão. Conable disse que o conjunto dos países latino-americanos transfere, atualmente, cerca de 4% do seu Produto Interno para fora da América Latina. “A Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, transferiu durante o período 1925/32 pouco mais de 2% de seu Produto Interno Bruto (PIB) para o resto do mundo. Essas comparações é que recuperam a importância relativa das coisas”. Relembrou um assessor do Ministério da Fazenda o caso das transferências alemãs marcou a literatura econômica da época, merecendo inclusive um artigo do economista John Maynard Keynes.